

Requerido(s): CG da Silva Empreendimentos Turísticos (Pousada Rio Xingu), Claudomiro Gomes da Silva
 Origem: 7ª PJ Cível de Def. Consum., Meio Amb, Pat. Cult., da Hab. e do Urb. de Altamira

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relativas ao empreendimento Pousada Rio Xingu, e da atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória do Xingu no processo de licenciamento das atividades do referido estabelecimento.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.23. Processo nº 000337-151/2020
 Requerente(s): Delegado Deputado Estadual Lenildo Caveira, Deputado Delegado Toni Cunha

Requerido(s): Assembléia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, Governo do Estado do Pará

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Pedido de providências em face do Governo do Estado do Pará, em razão do número de Policiais Militares colocados à disposição da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), o que caracterizaria interesses políticos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.24. Processo nº 000053-151/2020
 Requerente(s): Splice Ind. Com. e Serv. Ltda.

Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA
 Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Pedido de providências em face do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-PA), em razão de possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico SRP nº 01/2020 (Processo Administrativo nº 2019/595092), para contratação de empresa para a execução dos serviços de implantação, ativação, manutenção e suporte técnico de soluções integradas para apoio à fiscalização e ao monitoramento do trânsito e segurança pública, incluindo equipamentos e sistemas informatizados a serem utilizados pelos agentes do DETRAN/PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.25. Processo nº 000400-151/2020
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará - UEPA, Cláudia Viana Urbinati
 Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da Universidade do Estado do Pará (UEPA), especificamente com relação à conduta da servidora CLÁUDIA VIANA URBINATI.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.26. Processo nº 000404-151/2020
 Requerente(s): Ministério Público Federal - MPF

Requerido(s): Domingos Jorge Ramos Salles, Associação Musical da Amazônia
 Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Pedido de providências em face da Associação Musical da Amazônia (AMA), em razão de possíveis irregularidades praticadas pelo Sr. Domingos Jorge Ramos Salles, sua esposa e seu cúmplice, Sr. Cláudio Rosário, tais como fraudes em notas fiscais, desvio de verbas, superfaturamento e adulteração de documentos, além da suposta venda de instrumentos musicais de instituições públicas de ensino e uniformes das corporações, sem a devida fiscalização.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.27. Processo nº 000296-940/2019
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, Luciene Geralda Rezende Veras, Empresa Cristal Poços Ltda
 Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na execução do objeto convênio Nº. 096/2005, firmado entre a Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins e a Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamentos e Finanças - SEPOF, visando a construção de um poço artesiano na Escola Estadual Maria Sílvia dos Santos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.28. Processo nº 000159-179/2022
 Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Alenquer
 Origem: Promotoria de Justiça de Alenquer

Assunto: Apurar as condições em que ocorreu a construção do Terminal de Cargas e passageiros do município de Alenquer.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.29. Processo nº 001378-032/2021
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Bruno Evaristo Ferreira

Requerido(s): Município de Paragominas
 Origem: 2º PJ de Paragominas

Assunto: reclamação e pedido de providências sobre a necessidade de

asfaltamento da via estadual (rua Marajoara) onde liga a PA256 com a BR010, a mesma dá acesso à penitenciária de Paragominas (Centro de Recuperação Regional de Paragominas) e a Colônia Condomínio Rural.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.30. Processo nº 005100-003/2022
 Requerente(s): Vanderson Macedo dos Santos

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, Joao Alberto Fernandes Saraiva
 Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possível acúmulo ilegal de cargos, supostamente praticado pelo servidor João Alberto Fernandes Saraiva, ambos no âmbito da E.M.E.F. PROF. MARIA IRANY RODRIGUES DA SILVA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e no MÉRITO pelo IMPROVIMENTO do recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.5.31. Processo nº 000117-151/2019
 Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Luiz Paulo Mendes
 Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades, encontradas nas concessões de diárias concedidas pelas PORTARIAS nº 27003/2016, nº 24718/2016 e nº 24718/2016, em face do servidor Luiz Paulo Mendes, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.32. Processo nº 000054-012/2016
 Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Poder Público
 Origem: Promotoria de Justiça de Salvaterra

Assunto: Averiguar a garantia de meia-passageira de estudantes e passe livre de idosos de acordo com a legislação pertinente pelas empresas Arapari Navegação Ltda., as quais realizam transporte de passageiros e de veículos para o município de Salvaterra por intermédio do porto Camará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

Itens 1.5.1 a 1.5.32 votaram os seguintes Membros: Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira (relator).

Publique-se nos termos do art. 18 do Regimento Interno do CSMP.

Belém-PA, 02 de agosto de 2022.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
 Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MPPA

Protocolo: 835462

PORTARIA Nº 0571/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA n.º 114/2018-MP/PJ, de 12/01/2018, publicada no D.O.E. de 15/01/2018,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o gozo de férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	Nº DE DIAS	PERÍODO
135107/2022	ARIANNE BRITO CAL ATHIAS	2020/2021	23	18/07 a 09/08/2022
136270/2022	MAYLOR COSTA LEDO	2021/2022	30	08/08 a 06/09/2022
132710/2022	THIAGO RODRIGUES DE MATOS	2020/2021	30	01 a 30/08/2022

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

BELÉM, 02 de agosto de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
 Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 0572/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA n.º 114/2018-MP/PJ, de 12/01/2018, publicada no D.O.E. de 15/01/2018,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	A CONTAR DE	DIAS RESTANTES
136326/2022	ADRIANE KELLY LEAO DE SOUZA	2021/2022	05/07 a 03/08/2022	20/07/2022	15
136105/2022	ANA CLAUDIA DE NAZARE BARATA AARAO	2021/2022	18/07 a 16/08/2022	01/08/2022	16